

PARECER Nº 1/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e

Rio de Janeiro, *data da assinatura eletrônica*.

Assunto: Oferta Permanente de Concessão - Diretrizes Ambientais - Bacia de Campos

1. OBJETIVO

O objetivo deste Parecer é analisar as considerações técnicas emitidas pelos órgãos ambientais competentes, visando à oferta de 17 (dezessete) blocos localizados na Bacia de Campos, em atendimento ao art. 6º, § 2º, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17/2017, e observando o estabelecido na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022.

Trata-se da análise das principais recomendações ambientais apresentadas para a oferta das áreas, bem como das eventuais restrições e condicionantes que deverão ser observadas pelos operadores durante o processo de licenciamento ambiental, constantes na Manifestação Conjunta nº 08/2024 MME/MMA.

2. REFERÊNCIAS

- [1] Resolução CNPE nº 17/2017, de 08 de junho de 2017
- [2] Resolução CNPE nº 27/2021, de 09 de dezembro de 2021
- [3] Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022, de 22 de março de 2022
- [4] Ofício nº 233/2024/DG/ANP-RJ (SEI 4040085)
- [5] Portaria GM/MMA nº 806, de 24 de outubro de 2023
- [6] Ofício Circular Nº 1395/2024/MMA (SEI 4574501)
- [7] Parecer Técnico nº 885/2024/MMA (SEI 4574502)
- [8] Manifestação Conjunta Nº 08/2024 (SEI 4589170)
- [9] Portaria GM/MMA Nº 918, de 29 de dezembro de 2023
- [10] Ofício nº 132/2024/SAG/ANP-RJ (SEI 4578740)
- [11] Sumário Geológico da Bacia de Campos (SEI 4579435)

3. INTRODUÇÃO

1. A Resolução CNPE nº 17/2017 [1], modificada pela Resolução CNPE nº 27/2021 [2], autorizou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a definir e licitar blocos em quaisquer bacias terrestres ou marítimas, bem como licitar campos devolvidos ou em processo de devolução, por meio de ofertas permanentes, à exceção dos campos ou blocos na área do pré-sal e nas áreas estratégicas, que demandam Resolução específica do CNPE.

2. O art. 6º da Resolução CNPE nº 17/2017 [1] dispõe que o planejamento de outorga de áreas levará em consideração as conclusões de estudos multidisciplinares de avaliações ambientais de bacias sedimentares, com abrangência regional, que subsidiarão o planejamento estratégico de políticas públicas, de modo a dar maior segurança e previsibilidade ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos petrolíferos, segundo as melhores práticas internacionais.

3. No caso de áreas nas quais ainda não tenham sido concluídos tais estudos, como as que se pretende incluir na Oferta Permanente de Concessão da Bacia de Campos, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia

(MME) e do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Os procedimentos, critérios e prazos para as manifestações conjuntas foram disciplinadas pela Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].

4. Em relação aos 17 blocos em análise, a ANP solicitou, por meio do Ofício nº 233/2024/DG/ANP-RJ [4], apoio institucional do MME para realizar a interlocução junto aos órgãos ambientais competentes e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), de modo a retomar a inclusão de blocos no edital de licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC). Ato contínuo, o MME solicitou ao Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás – GTPEG, criado a partir da Portaria GM/MMA Nº 806 [5], de 24 de outubro de 2023, a elaboração de parecer ambiental para os blocos indicados na Tabela 1 e representados Figura 1.

Tabela 1 - Relação das áreas em estudo na Bacia de Campos

Bacia de Campos	
Setor	Blocos Exploratórios
SC-AP1	C-M-13, C-M-69, C-M-107, C-M-109, C-M-157 e C-M-212 (6 blocos)
SC-AP3	C-M-279 e C-M-348 (2 blocos)
SC-AUP2	C-M-350, C-M-415, C-M-417, C-M-481, C-M-483, C-M-485 e C-M-549 (7 blocos)
SC-AUP3	C-M-545 (1 bloco)
SC-AUP4	C-M-847 (1 bloco)

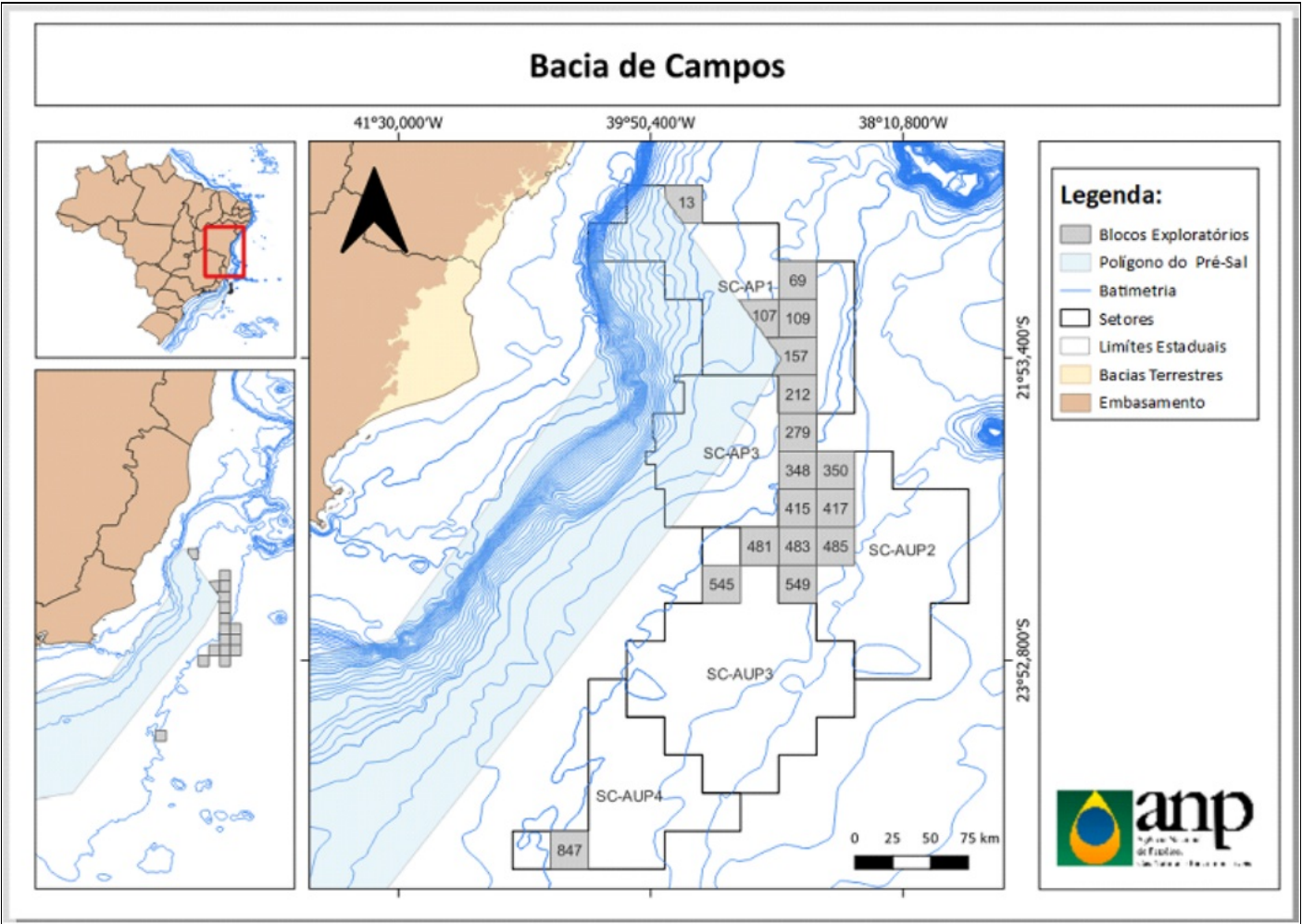


Figura 1 – Mapa de localização dos blocos em estudo na Bacia de Campos

5. A demanda da ANP foi atendida em 11/12/2024, por meio do Ofício Circular Nº 1395/2024/MMA [6], que encaminhou o Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [7] elaborado pelo GTPEG. Em 16/12/2024, a Manifestação Conjunta nº 08/2024 [8] foi assinada pelo MMA e pelo MME, **considerando aptos os 17 blocos** localizados na Bacia de Campos.

6. De acordo com a Resolução CNPE nº 17/2017 [1], não há necessidade de manifestação dos órgãos estaduais de meio ambiente, pois não há blocos em bacias terrestres.

4. ANÁLISE DAS ÁREAS A SEREM OFERTADAS

7. No início do processo de definição de blocos, a ANP realiza uma análise preliminar, visando identificar questões críticas com relação ao estabelecimento de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e à conservação do meio ambiente.

8. A Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], em seu art. 2º, inciso I, estabelece que, após a definição dos blocos ou áreas a serem ofertadas de forma permanente pela ANP, e em se tratando de bacia sedimentar marítima, faz-se necessário solicitar pareceres ao IBAMA e ao ICMBio e, quando couber, a outros órgãos e entidades da administração pública.

9. Após o recebimento dos pareceres ambientais, a ANP avalia as recomendações específicas de cada órgão ambiental, e realiza eventuais recortes nos blocos para a adequação e/ou exclusões de áreas ambientalmente sensíveis, recomendadas pelos órgãos ambientais.

10. Considerando a localização das citadas áreas, que são objeto de concessão, a serem incluídas no edital da Oferta Permanente, cabe destacar que a Manifestação Conjunta MME/MMA nº 08/2024 [8] considerou os regramentos aplicáveis da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], (i) art 4º, I, a), que trata da exclusão de áreas com sobreposição de unidades de conservação, (ii) no inciso II, c), que trata da sobreposição com fauna ameaçadas de extinção, (iii) inciso III, que trata do potencial petrolífero, além de eventuais restrições ambientais das áreas e/ou blocos a serem ofertados, bem como os aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados.

11. Os demais critérios estabelecidos pelo art. 4º da Portaria não são aplicáveis à presente análise, por tratarem de aspectos relacionados a áreas e/ou blocos terrestres.

4.1 - Aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados

12. O Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [7] destacou que o GTPEG foi reinstalado no âmbito do MMA, pela Portaria GM/MMA nº 806 [5], de 24 de outubro de 2023, com representantes do MMA, IBAMA e do ICMBio. A composição vigente do GTPEG foi estabelecida pela Portaria GM/MMA Nº 918 [9], de 29 de dezembro de 2023, e a avaliação contida no parecer foi resultado do trabalho de integrantes das seguintes entidades e unidades: Ibama, ICMBio, SBIO/MMA, SQA/MMA, SMC/MMA, SBC/MMA e SECEX/MMA.

13. Na análise efetuada pelo GTPEG no Parecer [7], os elementos abaixo foram avaliados. A partir dessa avaliação, GTPEG apresentou suas considerações ao licenciamento ambiental e conclusões sobre as áreas em estudo.

- i) Áreas prioritárias para a Biodiversidade
- ii) Unidades de Conservação
- iii) Espécies ameaçadas de extinção
- iv) Recursos Pesqueiros
- v) Contribuições ao licenciamento ambiental

14. Com relação às **áreas Prioritárias para a Biodiversidade** foram identificadas três sobreposições: ZCM-98, sobreposta ao bloco C-M-847; ZCM-101, sobreposta ao bloco C-M-545; e ZCM-

137, sobreposta aos blocos C-M-69, C-M-109, C-M-107, C-M157, C-M-212, C- M-279, C-M-348 e C-M-350. A ZCM-98 foi classificada como de importância biológica alta e para essa área a ação indicada foi pesquisa em biodiversidade, geodiversidade e habitat crítico, sendo classificada como de prioridade alta para a implementação das ações indicadas. A ZCM-101 foi classificada como de importância biológica alta e para essa área a ação indicada foi pesquisa em biodiversidade, geodiversidade e definição de capacidade de suporte, sendo classificada como de prioridade alta para a implementação das ações indicadas. Já a A ZCM-137 é uma área insuficientemente conhecida, sendo necessários esforços de pesquisa para conhecer melhor as espécies e os ecossistemas. A Figura 2, abaixo, demonstra a sobreposição supracitada:

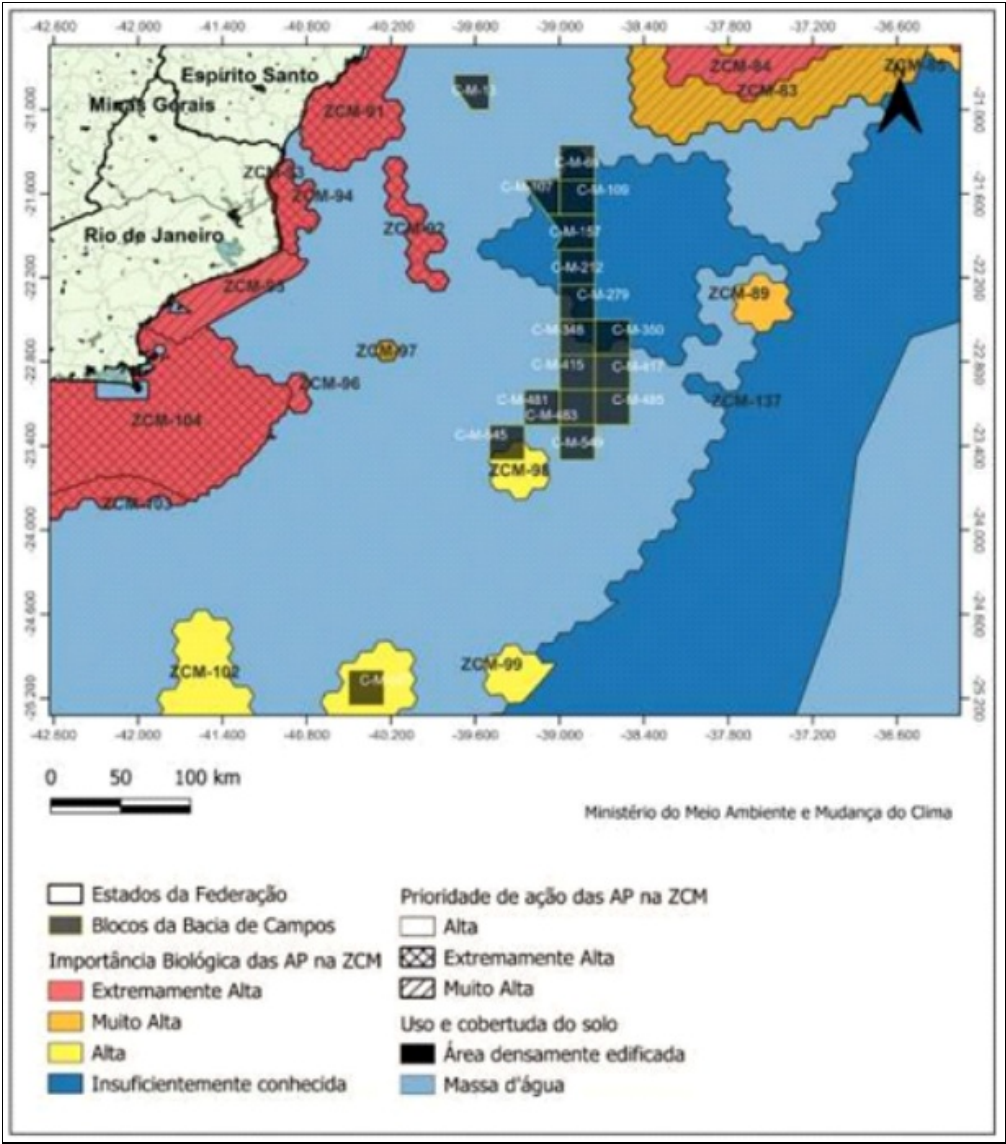


Figura 2 – Sobreposição das áreas em avaliação com Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira. Fonte: Parecer GTPEG [7] (dezembro, 2024).

15.
Com relação à análise de sobreposições a **Unidades de Conservação**, foi informado que "Não há sobreposição dos blocos mencionados na Bacia de Campos com Unidades de Conservação ou propostas de criação ou ampliação."
16.
Com relação à sobreposição das áreas em estudo com ocorrência de espécies da **fauna ameaçada de extinção**, a análise teve como base o Plano de Redução de Impactos das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural sobre a Biodiversidade Marinha e Costeira (PRIM-PGMar). Da avaliação da sobreposição das áreas em estudo com o mapa produzido pelo PRIM-PGMar, o parecer concluiu que "No geral, os setores desta região não tiveram sensibilidade muito elevada quanto aos efeitos das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.", embora tenham sido identificados, para as áreas em estudo, registros de sobreposição com 9 espécies categorizadas como

criticamente em perigo (CR), 14 como em perigo (EN), e 17 como vulnerável, conforme informações da Tabela 1E que consta como anexo do Parecer [7]. A Figura 3 detalha o mapa de compatibilidade:

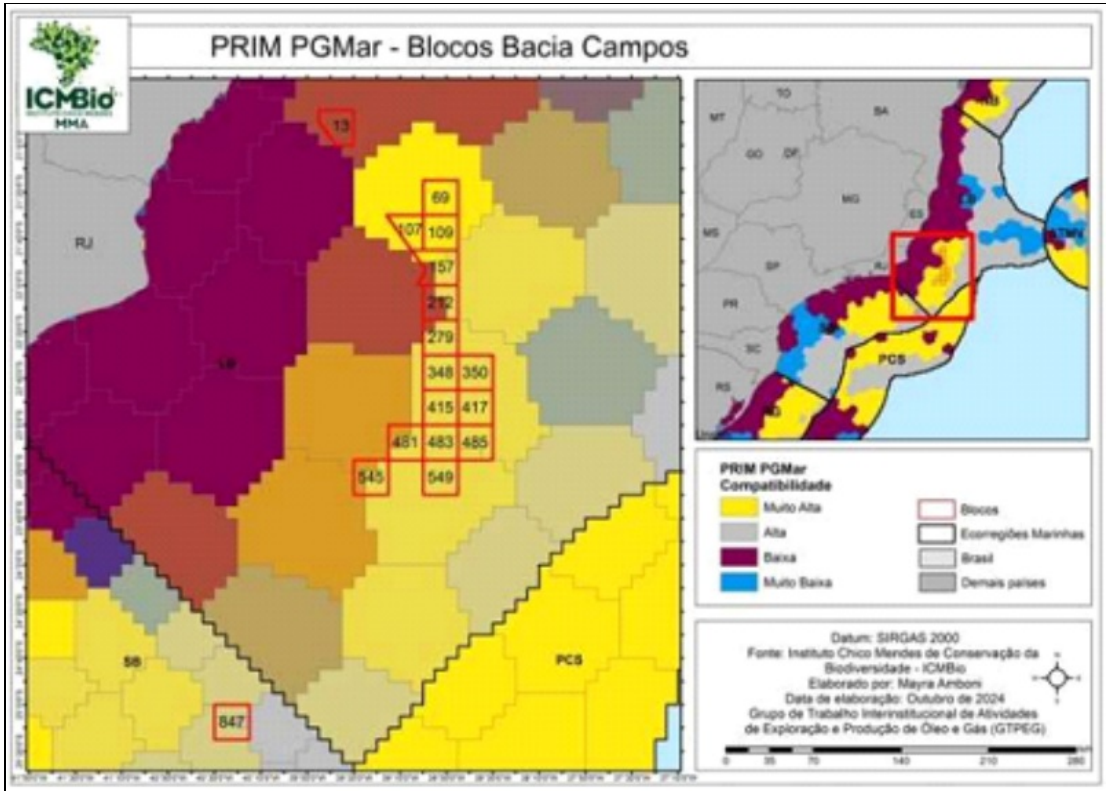


Figura 3 - Mapa de Compatibilidade entre a EPP&G e a Conservação da Biodiversidade. Fonte: Parecer GTPEG [7] (dezembro, 2024).

17. A análise quanto aos **recursos pesqueiros** foi baseada na presença de atividades de pesca no interior dos 17 blocos, entendendo que o registro de pescarias é um indicativo da presença de recursos pesqueiros. Os dados utilizados para a análise foram retirados da plataforma da *Global Fishing Watch* – GFW. O Parecer [7] aponta que os blocos em análise na Bacia de Campos não estão em uma área de relevante esforço para a pesca, sendo o esforço maior de pesca para essa bacia localizado em águas mais rasas, que estão a oeste da localização dos blocos.

18. E m **contribuição aos futuros licenciamentos ambientais**, foi indicado que as áreas propostas ficam situadas em uma região consolidada de exploração e produção de petróleo e gás offshore, com requisitos bem estabelecidos de mitigação e monitoramento de impactos ambientais. Os blocos avaliados encontram-se em posição adjacente a áreas onde já ocorrem outras atividades petrolíferas. O licenciamento ambiental deve dar especial atenção para a avaliação de impactos sinérgicos e cumulativos nesses casos. A Figura 4 detalha o mapa de contexto dos blocos propostos na bacia de Campos:

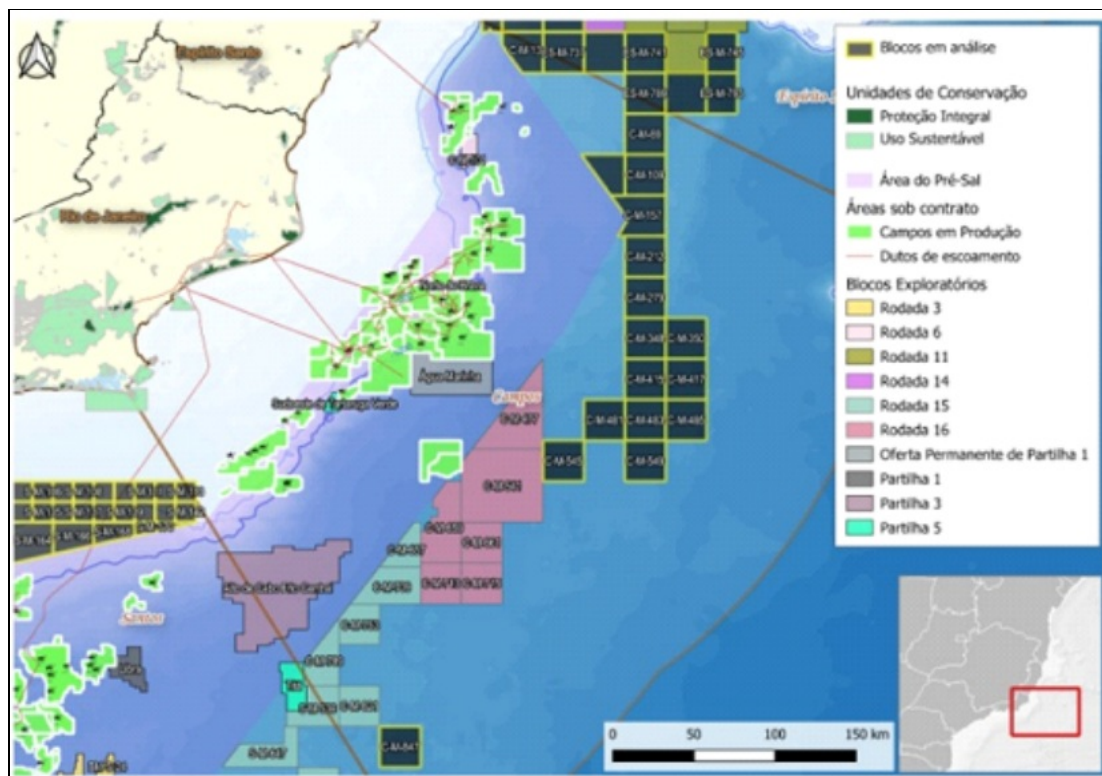


Figura 4 - Mapa de contexto dos blocos propostos na bacia de Campos. Fonte: Parecer GTPEG [7] (dezembro, 2024).

19. Foi destacado no Parecer [7] que, nos processos de licenciamento na região, tem sido dada especial atenção aos seguintes aspectos:

- Presença de bancos de corais de águas profundas na região do talude continental (entre 200 e 1000 m de profundidade) não sendo permitida perfuração direta sobre essas comunidades;
- Impactos sobre áreas de maior concentração de cetáceos na região do talude (entre 200 e 2000 m de profundidade);
- Emissões de gases de efeito estufa (GEE) decorrentes da queima de expressivos volumes de gás natural para geração de energia nas plataformas e eventuais emissões fugitivas;
- Impactos socioeconômicos diretos e indiretos, com destaque para a interferência com a atividade pesqueira, em especial, com a pesca artesanal;
- Riscos de vazamentos, especialmente na etapa de perfuração de poços exploratórios.

20. De forma geral, esses fatores, aspectos e impactos ambientais têm demandado o estabelecimento de medidas específicas para caracterização, monitoramento, mitigação e compensação. Com a consolidação das atividades petrolíferas na bacia de Campos, foram desenvolvidas diversas iniciativas regionalizadas no contexto das medidas ambientais exigidas no licenciamento. Novos empreendimentos, sempre que possível, devem buscar se inserir de maneira harmônica nesse contexto, otimizando recursos e ampliando o escopo das iniciativas regionais.

21. A viabilidade ambiental da exploração e produção de petróleo e gás em qualquer área depende das condições específicas de cada projeto a ser elaborado. Como exemplo, empreendimentos que envolvam cenários acidentais com alta probabilidade de toque em áreas ambientalmente sensíveis podem ter sua licença ambiental indeferida caso não se mostrem capazes de proteger efetivamente tais áreas. Para tanto, os Planos de Emergência Individuais dos empreendimentos devem contemplar análises de vulnerabilidade com especial atenção às Unidades de Conservação e às espécies ameaçadas presentes na área. Poderão ser exigidos recursos adicionais aos recursos mínimos previstos na Resolução CONAMA nº 398/08.

22. Além disso, o Parecer [7] indicou o acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental pelo Ministério Público Federal e Estadual, e por organizações da sociedade civil. Por fim, registrou que deve ser destacado que o Planejamento Espacial Marinho do Brasil está em desenvolvimento, e os estudos técnicos do Sudeste podem trazer diretrizes e um plano de gestão para as áreas analisadas no parecer, e que no momento do leilão dessas áreas ou posterior licenciamento ambiental, as diretrizes do PEM Brasil devem ser consideradas.

23. Em conclusão sobre a Bacia de Campos, o Parecer [7] retoma que:

- Há sobreposição com 3 áreas prioritárias para a biodiversidade, ZCM-98, ZCM-101 e ZCM-137, mas nenhuma com indicação de criação de unidade de conservação ou classificação de importância e prioridade “Muito Alta” ou “Extremamente Alta”.
- Não há sobreposição dos blocos com proposta prioritária de criação de unidade de conservação.
- Há sobreposição com áreas de ocorrência de 44 espécies ameaçadas de extinção, incluindo as categorias “Criticamente em Perigo” (n=9), “Em Perigo” (n=14) e “Vulnerável” (n=17).
- Não há sobreposição com importantes áreas de pesca.

24. **"Apesar das sobreposições identificadas, o GTPEG concluiu que não há necessidade de adequação dos blocos propostos na Bacia de Campos, e que "Em síntese, o GTPEG não recomenda, para a bacia de Campos, adequações para os 17 blocos propostos."**

4.2 - Análise de Sobreposição

25. Na Manifestação Conjunta [8] foi considerada a análise de eventual sobreposição com unidades de conservação, áreas prioritárias para a biodiversidade, ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção e com importantes áreas de pesca, realizadas pelo GTPEG no Parecer Técnico [7], não se aplicando as demais análises de sobreposições através de geoinformações indicadas na Portaria [3], por se tratar de ambiente marítimo.

4.3 - Potencial Petrolífero

26. Os dados acerca do potencial petrolífero, utilizados na Manifestação Conjunta [8] foram baseados nas informações do Ofício nº 132/2024/SAG/ANP-RJ [10], e no Sumário Geológico da Bacia de Campos [11], elaborados pela Superintendência de Avaliação Geológica e Econômica (SAG/ANP).

4.4 - Conclusão da Manifestação Conjunta

27. Na conclusão do documento consta que:

"Após análise conjunta, seguindo os procedimentos, prazos e critérios estabelecidos na Portaria Interministerial nº 01/2022 [2], o MME e o MMA consideram aptos e concordam com a inclusão dos 17 (dezessete) blocos da Bacia de Campos, conforme apresentado na Figura 1 e Tabela 1, no âmbito da Oferta Permanente de Áreas para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, em observância à legislação aplicável."

4.5 - Diretrizes Ambientais

28. As informações dos pareceres, usualmente chamadas de “Diretrizes Ambientais”, são fundamentais para que as empresas interessadas possam propor Programas Exploratórios Mínimos

compatíveis com a sensibilidade ambiental dos blocos e, por esse motivo, são divulgadas durante as Audiências Públicas, e disponibilizadas no site da ANP com as demais informações sobre os procedimentos de oferta de áreas, bem como no Pacote de Dados.

29. Com base nas informações relatadas acima, podemos afirmar que a documentação apresentada pelo GTPEG, e a Manifestação Conjunta Nº 08/2024 [8], estão em conformidade com os requisitos definidos na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].

5. CONCLUSÃO

30. Com base no Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [7] elaborado pelo GTPEG, corroborado pela Manifestação Conjunta Nº 08/2024 MMA/MME [8], não há necessidade de exclusão ou adequação de áreas. Assim, a ANP está apta para ofertar os 17 blocos, localizados na Bacia de Campos, observados os comentários e recomendações apresentadas ao longo do Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [7].



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSE MARCELO PEREIRA, Agente Público S/CCT**, em 27/01/2025, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO VITALI, Especialista em Regulação**, em 27/01/2025, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA GODOY MARTINS CORREA, Coordenadora Geral de Meio Ambiente**, em 27/01/2025, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4642312** e o código CRC **AAC7B658**.